



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2019 --

Aos dezasseis do mês de setembro de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

A deputada municipal Maria João Loureiro Ribeiro, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Maria Jacinta Carvalho Gomes -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara e começar por alguns assuntos que já foram trazidos também aqui na última Assembleia Municipal. Questionou o senhor Presidente da Câmara se, desde a última Assembleia até hoje, houve por parte do executivo alguma diligência sobre a Barragem do Fridão e sobre a reabertura do balcão dos CTT no concelho de Mondim de Basto. Relativamente às acessibilidades, salientou que o senhor Presidente da Câmara referiu na última Assembleia Municipal que traria na Assembleia Municipal seguinte uma proposta para a reabilitação de acesso às zonas balneares do rio Cabrão e das Fisgas de Ermelo. Tal não aconteceu pelo que questionou o senhor Presidente sobre o que é que terá falhado entretanto. Relativamente aos transportes, referiu que o programa de apoio à redução tarifária de transportes públicos na última assembleia ainda não estava implementado pelo que questionou qual é que é o ponto de situação da sua implementação. Acrescentou que o senhor Vereador Paulo Mota tinha referido na última Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que em setembro seria anunciada uma nova carreira pelo que questionou se esta ainda será apresentada este mês. Relativamente ao orçamento participativo, em que estão já em votação as propostas para o próximo ano, questionou qual é que é o ponto de situação da execução do projeto vencedor do ano anterior. Para terminar referiu que há pouco mais de um mês foi noticiado que a Câmara Municipal tinha sido alvo de um assalto na madrugada de 11 para 12 de agosto pelo que questionou o senhor Presidente da Câmara sobre quais os prejuízos financeiros e materiais causados pelo assalto e se existe algum inquérito a decorrer e se foram adotadas algumas medidas de segurança. --

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que iria colocar duas questões simples. Uma delas é relativamente aos passeios que foram feitos, ou estão em execução, para Pedra Vedra, Serra e Vilar de Viando, sabendo de antemão que os passeios para Pedra Vedra estão praticamente concluídos, as bermas da estrada é que não foram feitas pelo que questionou quando é que irão ser feitas. Relativamente aos passeios de Vilar de Viando e da Serra gostaria de saber se a obra parou ou não e porque é que crescem ervas entre a linha de separação do passeio e o tapete. Sobre a fachada da Casa da Cultura que cedeu, questionou quem era o responsável pela queda porque pelos vistos era para preservar essa mesma fachada e a questão é quem é o responsável: a Câmara ou o empreiteiro. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões colocadas. Sobre a questão da Barragem do Fridão, esclareceu que a questão está como estava na última reunião, não há nenhum desenvolvimento nem nenhuma novidade relativamente à informação que prestou na última Assembleia Municipal. Relativamente ao balcão dos CTT, referiu que o que lhe foi dito é que a administração dos CTT irá proceder à reabertura faseadamente, o que presume que será nos próximos meses mas acrescentou que também era bom não dramatizar a questão pois a prestação dos serviços dos CTT não foi interrompida, há uma loja alternativa que está a prestar esse serviço. Referiu que o município acompanha com preocupação essa questão mas que não se está a falar de um serviço que foi interrompido, ele está a ser prestado. Naturalmente que se demorar mais tempo do que aquilo que entende que é razoável para a reabertura voltará a fazer esse contacto. Relativamente à questão colocada sobre a estrada (presume que o senhor deputado Bruno Ferreira fala da estrada de ligação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Bilhó a Cavernelhe), referiu que o senhor deputado saberá certamente que, apesar do seu partido não ter nenhum representante no executivo municipal, o que não o dispensa de estar informado das atividades mais relevantes que se passam no município, o empréstimo para o arranjo da estrada está em processo de execução. Pensa que houve um problema porque não foram apresentadas propostas para este empréstimo, o que provocou um atraso, mas que quando o empréstimo estiver concluído, então aí será reforçada a verba que está no plano de investimentos e será aberto o concurso. Relembrou que não vale a pena insistir pois os processos têm o seu tempo pelo que não se pode atropelar os processos assim como não se pode compor uma estrada se não há dinheiro. Relativamente aos transportes referiu que iria pedir ao senhor vereador Paulo Mota para explicar e que relativamente ao orçamento participativo iria pedir ao senhor Vereador Nuno Lage para intervir. Relativamente ao assalto, esclareceu que os prejuízos, felizmente, não foram de grande montante até porque o cofre da Câmara tem um limite máximo de dinheiro e, ao contrário do que dizem por aí, o dinheiro da Câmara não estava no cofre. O montante que estava no cofre era um montante muito reduzido. Os prejuízos são aqueles que decorrem do transtorno porque houve necessidade de alterar / atualizar documentos que estavam no cofre e houve a necessidade de comprar um novo cofre para substituir aquele. Sobre a questão do reforço das questões de segurança, referiu que foi sentida a necessidade de equacionar o reforço das condições de segurança. Passando para as perguntas do senhor deputado Torcato de Moura, o senhor Presidente da Câmara explicou que não se pode separar os passeios para Pedra Vedra dos passeios para a Serra e dos passeios para Vilar de Viando pois está-se a falar da mesma empreitada e essa mesma empreitada, que tem passeios que estão a ser executados, tem um prazo que ainda não está no limite o que significa que a obra, em termos práticos, não está concluída. Portanto, essas acusações de que os passeios estão incompletos não faz sentido porque não podem estar completos. Os de Pedra Vedra foram os primeiros a serem intervencionados pelo que estão mais adiantados, os da Serra a seguir e os de Vilar de Viando também. Entende que só faz sentido falar da forma como o senhor deputado falou se a obra já estivesse concluída mas se a obra estivesse concluída também não estaria paga porque os autos de medição não estariam feitos. Acha que se tem que ter algum cuidado da forma como muitas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

vezes se fala nestas questões porque demonstra, como foi o caso, um enorme desconhecimento. Quando o senhor deputado Torcato de Moura diz “a obra parou” é claro que ela não parou mas, mesmo que parasse, o que interessa é que o prazo de execução de obra tem de ser cumprido. O empreiteiro pode parar a obra o tempo que quiser, tem é de cumprir o prazo limite que está no contrato. Não é possível separar as três obras que estão a decorrer para os três lugares e elas naturalmente que têm ainda problemas por resolver porque o prazo ainda não está terminado. Relativamente à fachada da Casa da Cultura, referiu que houve de facto um incidente, felizmente que não resultou em mais nada, podia ter tido outras consequências, e que foi aberto um inquérito. Essa responsabilidade não pode ser de momento imputada a ninguém, muito menos naturalmente ao executivo. O projeto previa a fachada e agora a fachada terá que ser reposta de outra forma e o projetista que fez o projeto e a empresa que está a executar a obra e os técnicos da Câmara que estão a acompanhar a obra estão a acompanhar essa situação e a obra não ficará prejudicada por esse facto que lamentamos mas que tudo se irá resolver da melhor forma. -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para dizer que relativamente à questão que foi colocada no âmbito do PART, como o próprio tinha dito na última Assembleia Municipal, a Câmara de Mondim de Basto só iria anunciar as suas iniciativas quando estivessem reunidas as condições para esse efeito. Das duas iniciativas que foram faladas, o desconto e o anúncio de uma nova carreira, neste momento e relativamente ao anúncio da nova carreira, não se está a chegar a uma conclusão pois está-se numa fase de alteração de regulamento no âmbito dos transportes públicos. Neste momento colocam-se grandes dificuldades à apresentação do lançamento de uma nova carreira no âmbito do PART e esta dificuldade colocar-se-á a Mondim como se colocará a quem já a anunciou. No âmbito da redução tarifária, houveram alguns desentendimentos no que diz respeito à forma de aplicação com a CIM, chegou-se neste momento a uma conclusão e irá ser anunciada a redução tarifária nos próximos dias para ter aplicação no início de outubro. Portanto, daquilo que eram os objetivos deste município, tudo o que seja alargamento de serviços e de novas redes não existe propriamente um enquadramento para esse efeito, mas irá existir com o novo contrato de concessão de serviço que é outra batalha. Relativamente à redução tarifária com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

recurso ao PART esta irá ser anunciada nos próximos dias. Acrescentou que para além desta pequena discordância da forma de aplicação com a CIM, que agora está sanada, também tinha referido na última reunião, só muito recentemente se obtiveram os dados sobre a procura, ou seja a venda de passes, a venda de bilhetes, que era uma informação que as câmaras não dispõem e só dispõem a partir do momento que são autoridades de transportes. Finalmente esta situação está sanada. Todos nós gostaríamos de ver essa redução tarifária ou esse alargamento da rede já implementado, mas este executivo preferiu fazê-lo com o máximo de segurança e irá anunciar nos próximos dias e implementar no próximo mês de outubro a redução tarifária. -----

O senhor **Vereador Nuno Lage** usou da palavra para dizer que relativamente ao orçamento participativo para 2020 houve quatro propostas que neste momento estão a votação no site do município ou no Balcão Único e que a votação decorre até 30 de setembro pelo que aproveitou o momento para apelar que fizessem o voto pois é importante a participação. Relativamente ao questionado sobre o orçamento participativo de 2019, informou que já tinha sido adjudicada a sua execução pelo que em breve teriam o percurso dos lavadouros e teriam também em breve a sua inauguração pois estava já tudo definido. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que não veio aqui fazer acusações, a sua intervenção foi mesmo para questionar. O facto de a obra parar, não parar, não lhes diz respeito, diz à Câmara que tem de dar seguimento. Enquanto deputados compete-lhes questionar e a intervenção que fez foi no sentido de questionar o porquê da obra parar e, se parou, qual é o seu término porque isto está a provocar transtornos no trânsito e nas pessoas. Relativamente à fachada a pergunta que queria colocar também é se ela vai ser feita exatamente nos moldes arquitetónicos que tinha ou se vai ser alterada. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para deixar mais três notas. Ainda relativamente às acessibilidades, referiu que obviamente que as obras têm os seus parâmetros e os seus timings mas que foi o senhor Presidente da Câmara que na última Assembleia anunciou que nesta assembleia iria ser apresentada a obra. Se tiver a oportunidade de ler a ata poderá verificá-lo e portanto são palavras do senhor Presidente daí a sua questão. Ainda sobre o facto de a Câmara Municipal ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

sido alvo de um assalto, referiu que tinha questionado também o senhor Presidente se estaria a decorrer algum inquérito pelo que perguntava novamente se está a decorrer algum inquérito, não só pelas entidades competentes mas também internamente. Aproveitou também a oportunidade para questionar o senhor Presidente da Câmara relativamente à rede de transportes públicos pois tem a ideia que o contrato cessaria em 2019, visto que é o vice-presidente da Comunidade Intermunicipal, qual é o ponto de situação da concessão em curso. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que, relativamente à questão do senhor deputado Torcato de Moura, o senhor deputado parte de um equívoco de que a obra parou, quando acabou de dizer há dez minutos que a obra não parou, que a obra tem um prazo. A obra, quando muito, terá sido interrompida por responsabilidade do empreiteiro. Esclareceu que os senhores deputados e todos nós aqui dentro temos o dever e a obrigação de ter informação. Nós não podemos ouvir na rua as pessoas lançarem determinada informação e dizer “nós ouvimos lá fora”. Relativamente à fachada da Casa da Cultura, o que sabe é que o arquiteto responsável pelo projeto terá que ser fiel àquilo que é a fachada antiga. Acrescentou também que, pela informação que tem, esteve em cima da mesa até à conclusão do projeto ou manter a fachada que existia ou fazer uma fachada nova. Pensa que será possível recuperar a fachada com a traça antiga, naturalmente feita agora com materiais modernos. Relativamente à estrada, o que disse é que viria o empréstimo para fazer a obra e que este não veio porque não houve apresentação de propostas. Mas repetiu que as obras serão feitas quando os procedimentos estiverem concluídos. Sobre a questão do inquérito, referiu que os inquéritos são aqueles das autoridades que fazem a investigação e estes estão devidamente registados pelas autoridades que fazem a investigação nestas situações. -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para dizer que o executivo não tinha nenhuma informação mas o que é certo é que, no âmbito da CIM, a expectativa é que até ao final do ano haja a possibilidade de lançamento do concurso e que na segunda metade do próximo ano possa estar implementado o serviço. Mas, honestamente, daquilo que vai percebendo nas reuniões, sendo algo tão novo com tão pouca informação, porque vamos ter aqui uma situação em que o dono do serviço que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

se vai propor concessionar esse serviço, quem vai fazer o caderno de encargos é a parte que menos informação tem neste momento, existe alguma expectativa e acha que já houve inclusive algumas experiências deste género em que os primeiros concursos ficaram completamente desertos porque neste momento a informação está toda do lado dos operadores. Neste momento o prazo que é apontado é para que até ao final deste ano o concurso esteja aberto e que se possa na segunda metade do próximo ano ter novidades e ter a prestação de serviços assegurada. -----

1.2 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

De seguida, pelo Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, foi presente a correspondência recebida e enviada. -----

2-Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 28 de junho de 2019-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 28 de junho de 2019 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão em causa. -----

2.2- Aprovação da alteração ao Regulamento de Taxas do Município de Mondim de Basto – redução parcial do valor das taxas de ocupação do espaço público com esplanadas -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da alteração ao Regulamento de Taxas do Município de Mondim de Basto – redução parcial do valor das taxas de ocupação do espaço público com esplanadas que foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor e uma abstenção. -----

2.3- Descentralização administrativa – Decisão de recusa da transferência das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, para a autarquia de Mondim de Basto, para o ano de 2019 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Descentralização administrativa – Decisão de recusa da transferência das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, para a autarquia de Mondim de Basto, para o ano de 2019 que foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor e uma abstenção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

2.4- Descentralização administrativa – Pronúncia do Município de Mondim de Basto sobre a transferência de competências em diversos domínios de atuação do Estado, para o ano de 2020 -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Câmara que até ao momento esta Assembleia tem acompanhado o sentido de voto do executivo e as suas recomendações no que diz respeito às transferências de competências. O executivo terá naturalmente e obrigatoriamente um conhecimento mais profundo daquilo que são as implicações e as necessidades que as transferências de competências podem acarretar para o município e portanto tem sido dado este voto de confiança. No entanto, nesta proposta identificam-se três situações no que diz respeito às competências para o município. Por um lado, a recusa de competências na área do estacionamento público, educação e saúde, estas duas últimas eventualmente aquelas que mais impacto têm na vida dos mondinenses. Depois, a aceitação de competências de serviços que o município não presta e, o município não prestando estes serviços, acaba por ser a decisão mais fácil de tomar. E depois a aceitação de serviços novos, complementares ou serviços já prestados pelo município. Até ao momento o executivo e esta Assembleia Municipal recusaram de uma forma transversal a transferência de qualquer competência para o ano de 2019, até mesmo aquelas cujos serviços não são prestados pelo município. Considera que esta proposta implica uma mudança de posição porque até agora recusaram sempre estas transferências pelo que implica uma tomada de posição bem diferente e num curto espaço de tempo e portanto exige aqui também alguma explicação pois verificam que, na generalidade, a informação que lhes é fornecida é a mesma que era conhecida aquando da recusa das competências em votações anteriores e portanto implica aqui uma explicação. Começou por questionar o senhor Presidente sobre o que é que levou a esta alteração de posição. De seguida, referiu que um dos motivos para a rejeição das competências foi o desconhecimento de envelope financeiro que viria junto com essas competências e portanto questionou o senhor Presidente se dispunha agora desta informação relativamente às competências que se propõe aceitar. Questionou ainda quais as diligências em curso para que se criem condições para aceitar as competências que são recusadas nesta proposta e questionou por fim o ponto de situação daquilo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

é o ponto 12 das competências relativo ao Decreto-Lei nº57/2019 que concretiza a transferência de competências dos municípios para as freguesias. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que gostaria que o senhor deputado Bruno Ferreira tivesse começado a sua intervenção de modo a que todos percebessem qual era a sua posição e a do seu partido sobre esta questão pois ninguém percebeu qual era a sua posição: se era a favor, se era contra, se era pela aceitação parcial. Considera que o senhor deputado se limitou a fazer um discurso bem elaborado mas ninguém percebeu qual era a sua posição sobre este processo. E entende que o senhor deputado partiu de um equívoco também quando disse que o executivo mudou de posição pois o executivo não mudou de posição. O executivo sempre disse aqui que haveria uma aceitação progressiva. Em 2019 foram todas recusadas, em 2020 está-se a aceitar todas aquelas que têm condições de ser aceites, mas aquelas que têm implicações financeiras, como o caso da saúde e da educação, o executivo entende que, por circunstâncias diversas, não está em condições de aceitar. Por exemplo, no caso da escola em que vão começar as obras não seria uma boa gestão aceitar as competências da educação agora, com encargos financeiros que a Câmara não consegue assumir de imediato, sabendo que no final das obras algumas destas questões estarão resolvidas. O mesmo se passa na saúde: a Câmara não tem neste momento, em termos do orçamento, capacidade de acolher algumas despesas. Referiu que o que este executivo está a fazer, e dá a cara por essa posição, é, de uma forma sensata, aceitar progressivamente, sabendo que, a partir de 2021, todas aquelas que não aceitar agora são de aceitação obrigatória mas até lá há tempo para se prepararem e, acima de tudo, há tempo para acolher essas medidas e essas despesas, o que não seria se as acolhesse agora. Referiu que no caso do estacionamento a situação é ao contrário, não se trata de despesa mas de receita. Portanto o que a Câmara está a fazer é manter aquilo que definiu no início que é uma aceitação progressiva. Concluiu dizendo que agora se vão aceitar aquelas que têm menos encargos, que são mais fáceis de acolher e depois, em 2021, por imposição da Lei, terá que se aceitar a saúde e a educação e até lá terão que se preparar e esperar que o impacto no orçamento seja o menor possível porque não existem condições para acolher essas despesas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que começou a sua intervenção por referir que a alteração da posição de 2019 para 2020 implicava que houvesse esclarecimento e portanto mais informação. Portanto o senhor Presidente precipitou-se eventualmente na ilação que tirou da sua intervenção porque aquilo que foi solicitado era que houvesse mais informação. E voltou a questionar o senhor Presidente da Câmara se, sobre as competências que se propõe adquirir, tem conhecimento do envelope financeiro que vem transferido por parte do Estado relativamente a essas transferências ou até, em última instância, se essas transferências não irão acarretar custos acrescidos. Foi esta a questão que lhe colocou. Questionou também se para as competências que não são aceites se está a ser diligenciada alguma ação para 2021, visto que a Lei nos diz que as competências obrigatoriamente irão ser transferidas para os municípios. E por fim, relativamente ao Decreto-Lei nº 57/2019 que concretiza a transferência de competências dos municípios para as freguesias, questionou qual é que é o ponto de situação. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer ao senhor deputado que não há nenhum envelope financeiro, isso é um mito. Há é um rácio mas todos sabem que esse valor que as câmaras vão receber do Estado não é suficiente porque vão aparecer despesas. A Câmara vai assumir responsabilidades e depois as despesas vão ser superiores àquilo que o Estado transfere. Na prática, todos nós sabemos que o processo de transferências é um processo que tem impacto no orçamento da Câmara. É por essa razão que a Câmara está a fazer uma aceitação progressiva. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta **Descentralização administrativa – Pronúncia do Município de Mondim de Basto sobre a transferência de competências em diversos domínios de atuação do Estado, para o ano de 2020 que foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor e cinco abstenções.** -----

2.5- Retificação da proposta Prévía autorização de assunção do compromisso plurianual - abertura de procedimento de consulta prévía para o fornecimento contínuo de energia elétrica -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta **Retificação da proposta Prévía autorização de assunção do**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

compromisso plurianual - abertura de procedimento de consulta prévia para o fornecimento contínuo de energia elétrica que foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor e cinco abstenções. -----

2.6- Relatório Semestral dos benefícios concedidos aos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto -----

Não havendo intervenções, **foi deliberado tomar conhecimento do Relatório semestral dos benefícios concedidos aos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto.** -----

2.7- Informação do Executivo -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para colocar uma questão. Na informação que lhes foi apresentada é-lhes dito que a aquisição de serviços de uma chegada de etapa da Volta a Portugal teve o custo no valor de 65.000 Euros. Depois, na informação da atividade do município, é referido que a atividade em causa teve um custo de 82.434 Euros. Questionou qual a justificação para esta diferença superior a 17.000 Euros. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para explicar que este valor é o valor que está contratado com a empresa. A este valor tem que se imputar o custo que esta atividade tem ao nível do impacto nos serviços da Câmara. Há uma contabilidade de custos que foi implementada e a diferença tem a ver com o valor que está contratado e depois o valor que é imputado em termos de contabilidade de custos. -----

2.8- Intervenção do Público -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 6 de dezembro de 2019, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia,
que a redigiu, para valer como tal. -----

